

II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

“TÁ LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO”: VIOLÊNCIAS E FEMINICÍDIOS NA ZONA RURAL SERGIPANA

Márcia Santana Tavares

marciatavares1@gmail.com

Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brasil.

Magaly Nunes de Góis

magalyngois@gmail.com

Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, SE), Brasil.

RESUMO: As meninas e mulheres do campo, quilombolas, extrativistas, sem terras e ribeirinhas estão expostas a uma série de violências. Neste artigo, a partir de revisão de literatura, dados censitários e reportagens veiculadas na imprensa sergipana, analisamos o número crescente de feminicídios, que ultrapassa o cenário doméstico, intrafamiliar e se espalha para o espaço público, como demonstração incontestável do ódio às mulheres que se propaga frente à convivência da sociedade e omissão do Estado, cujas políticas públicas de proteção e enfrentamento são pontuais ou mesmo inexistentes, pois, se, nos centros urbanos, os serviços da rede de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência têm se mostrado tantas vezes incapazes de lhes oferecer segurança e acolhimento, nos municípios e povoados, assentamentos e comunidades, elas se deparam com o inaccessível à justiça, já que os serviços e políticas que se configuram como portas de entrada para acolher suas demandas urgentes estão condicionados à vontade política dos gestores que, invariavelmente, não se dão conta da gravidade do problema. Desse modo, o feminicídio é relegado a segundo plano pelo Estado e, por conseguinte, condenado ao silenciamento e à invisibilidade, rompidos pela notícia divulgada pela imprensa de forma sensacionalista nos meios eletrônicos, cujas imagens do corpo estendido no chão e curiosidade voraz do/a leitor/a, logo mais, são esquecidas diante da reportagem seguinte e exposição da mais recente “morte de uma mulher por razões de gênero” (Abreu, 2023; Santos, 2023), ou seja, mais um feminicídio.

Palavras-chave: violência, gênero, feminicídio, mulheres rurais, Sergipe.

“THERE’S THE BODY LAYING OUT ON THE GROUND”: VIOLENCE AND FEMINICIDE IN RURAL SERGIPE

ABSTRACT: Rural girls and women, quilombolas, extractivists, landless and riverside dwellers are exposed to a series of types of violence. In this article, based on a literature review, census data and reports published in the Sergipe press, we analyze the growing number of feminicides, which goes beyond the domestic, intra-family setting and spreads to the public space, as an indisputable demonstration of the hatred against women that spreads in the face of society's connivance and the State's omission, whose public policies for protection and confrontation are punctual or even non-existent. If in urban centers the services of the protection and care network for women in situations of violence have so often proven incapable of offering them safety and shelter, in municipalities and towns, settlements and communities they face inaccessibility to justice, since the services and policies that are configured as gateways to accommodate their urgent demands are conditioned by the political will of the managers who, invariably, do not realize the gravity of the problem. In this way, femicide is relegated to the background by the State and, consequently, condemned to silence and invisibility, broken by the news released by the press in a sensationalist way in electronic media, whose images of the body lying on the floor and the voracious curiosity of the reader are soon forgotten in the face of the following report and exposure of the most recent “death of a woman for reasons of gender” (Abreu, 2023; Santos, 2023), in other words, yet another femicide.

Keywords: violence, gender, femicide, rural women, Sergipe.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é considerada, pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, uma endemia que atinge todos os países e culturas, afetando milhões de mulheres e famílias (ONU, 2021), o que resulta em uma violação dos direitos humanos. As violências contra as mulheres se incluem entre as

iniquidades de gênero que demarcam as relações assimétricas entre homens e mulheres na sociedade. A violência de gênero consiste em uma ação que geralmente tem como agente causador os homens que, respaldados em modelos e práticas culturais transmitidos de uma geração para outra, reproduzem o antagonismo de gênero que normatiza e legitima a subordinação das mulheres aos homens.

A proposta deste artigo é refletir sobre as violências pervasivas na vida de mulheres rurais que, desde muito jovens, estão suscetíveis a humilhações, ameaças, violência doméstica e familiar, cárcere privado, estupro, entre tantas outras formas usadas por pais, maridos, ex-amantes, mas também patrões, vizinhos e até mesmo desconhecidos para exercerem controle absoluto sobre seu corpo e sexualidade, cujo ápice culmina na violência feminicida, que tem ceifado a vida de meninas e mulheres do campo, quilombolas, extrativistas, sem terras e ribeirinhas, cujas mortes violentas permanecem condenadas ao silenciamento e à invisibilidade, o que as cingem de uma pretensa naturalização frente à convivência da sociedade e omissão do Estado, em que políticas públicas de proteção e enfrentamento são tímidas, pontuais ou mesmo inexistentes.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O feminicídio consiste na expressão máxima de violência contra as mulheres, que tem como desfecho sua morte, anunciada por um continuum de violências que as atinge desde muito jovens, cujo reconhecimento como crime de gênero no Brasil ocorreu apenas em 2015, com a Lei n. 13.104/2015, que torna o feminicídio (CP, art. 121, § 2º, VI) uma forma qualificadora para o homicídio de mulheres no contexto das relações doméstico-familiares e afetivo-sexuais, advertindo-nos sobre como o poder patriarcal se renova e compele feminicídios na trama da violência doméstica e familiar a que tantas mulheres permanecem enredadas (Tavares; Alves, 2023).

Stella Meneghel e Ana Portella, no texto “Feminicídios: conceitos, tipos e cenários”, fundamentadas em Diana Russel¹³ e Marcela Lagarde, apontam para as nuances que

¹³ De acordo com Jackeline Romio (2019), o termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez durante a realização do Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, Bélgica, em 1976. Neste tribunal, que teve como foco mortes de mulheres nos Estados Unidos e no Líbano, a ativista feminista Diana Russell argumentou que tais ocorrências eram resultantes de ações misóginas e, por conseguinte, deveriam ser apresentadas e julgadas como feminicídios (*femicide*). A expressão *femicide*, traduzida por Marcela

distinguem o uso dos termos feminicídio e femicídio, acrescentando que este último extrapola situações restritas ao ambiente doméstico ou familiar:

A morte das mulheres representa então a etapa final de um *continuum* de terror que inclui estupro, tortura, mutilação, escravidão sexual (particularmente na prostituição), incesto e abuso sexual fora da família, violência física e emocional, assédio sexual, mutilação genital, cirurgias ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade compulsória, esterilização e/ou maternidade forçada, cirurgias psíquicas, experimentação abusiva de medicamentos, negação de proteínas às mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Para as autoras sempre que essas formas de terrorismo resultarem em morte tem-se um femicídio. Descrito desta forma, o femicídio seria parte de mecanismos socioculturais amplos, que ultrapassam em muito o âmbito estrito das relações entre homens e mulheres. Muitas das práticas elencadas – como a mutilação genital e os procedimentos médicos – são realizadas por mulheres e, na maior parte das vezes, resultam de disposições institucionais e não individuais ou pessoais. Tamanha abrangência termina por conferir à sociedade patriarcal uma natureza terrorista, que produziria todas as situações de abuso e violência sofridas pelas mulheres, sendo o femicídio o desfecho fatal destas situações. (Meneghel; Portella, 2017, p. 3079)

Ao revisitar a origem do termo feminicídio, Lagarde (2006) faz referência às pesquisadoras estadunidenses, Diana Russell y Jill Radford, que cunharam essa expressão, e tomam-na como categoria teórica feminista para estudo do assassinato de meninas e mulheres como uma violência de gênero. Em outro momento, Lagarde (2024) acrescenta que o feminicídio perpassa a trajetória de vida das mulheres, em tempos de guerra ou de paz, uma vez que estão expostas a diferentes situações de risco e vulnerabilidade, que comprometem sua integridade física, a saúde, a liberdade e a própria vida, em razão da objetificação, menosprezo e misoginia com que são tratadas.

Recentemente, entrou em vigor a lei que eleva a 40 anos a pena para o crime de feminicídio – o assassinato de mulheres em decorrência de violência doméstica ou por sua condição de gênero. A Lei n. 14.994/2024, publicada no Diário Oficial da União, no dia 10 de outubro, foi sancionada sem vetos pelo atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, a pena para os condenados pelo crime de feminicídio passa a ser de 20 a 40 anos de prisão, superior à estabelecida para o homicídio qualificado (12 a 30 anos de reclusão). Intitulada como "Pacote Antifeminicídio", a lei também amplia as penas para outros crimes, quando consumados em contexto de violência contra a mulher, compreendendo lesão corporal e injúria, calúnia e difamação. A norma altera o Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848, de 1940), a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688, de

Lagarde para a forma castellana, feminicídio, é difundida e adotada na América Latina na década de 1990, para estudar e intervir politicamente nas mortes de jovens trabalhadoras em Ciudad Juárez, no México.

1941), a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de 1984), a Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072, de 1990) e a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 2006) (Agência Senado, 2024).

Ainda de acordo com a Agência Senado (2024), a Lei n. 14.994 também determina circunstâncias agravantes para o crime de feminicídio, segundo as quais a pena será acrescida de um terço até a metade. São elas: a) quando o feminicídio é praticado durante a gestação, nos três meses após o parto ou caso a vítima seja mãe ou responsável por criança; b) quando a vítima é menor de 14 anos, ou maior de 60 anos, ou mulher com deficiência ou doença degenerativa; c) quando é praticado diante de pais ou dos filhos da vítima; d) quando é cometido em razão de violação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha e e) mediante uso de veneno, tortura, emboscada ou arma de uso restrito contra a vítima.

Apesar das mudanças orquestradas no campo legislativo, observa-se que a ausência de capacitação específica sobre questões de gênero e violência para os operadores da lei e as equipes multidisciplinares dos serviços da rede de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres, bem como a desarticulação entre os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, isto é, combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, têm contribuído para a revitimização e violência institucional, o descumprimento de medidas protetivas, dificuldade ou inaccessibilidade das mulheres aos serviços e a pouca efetividade do sistema de justiça.

O Informe do Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), relativo ao primeiro semestre de 2024, elaborado pelo Laboratório de Estudos sobre Feminicídio (Lesfem) a partir de notícias veiculadas na *Internet*, traz, entre outros dados, um que se revela deveras preocupante, de que a maioria das vítimas, tanto de feminicídio tentado quanto consumado, nunca havia registrado Boletim de Ocorrência nem solicitado medida protetiva, o que demonstra o quanto o silêncio mata tantas mulheres. De acordo com o Lesfem (2024), até o final de agosto de 2024, houve 44,6% de feminicídios consumados e 55,4% tentativas, o que, em números, equivale a 1.178 e 1.460 casos, respectivamente.

O monitoramento do feminicídio realizado pelo Lesfem, em 2023, chama a atenção também para a subnotificação e invisibilidade dos casos de feminicídios contra meninas e mulheres rurais, visto que 76,7% dos feminicídios consumados foram na área urbana e 15,4% na área rural, e 81,1% dos tentados ocorreram na área urbana, enquanto, apenas, 6% foram na área rural. Com efeito, Potiguara Paz argumenta que:

Especificamente na violência em localidades rurais, as mulheres enfrentam obstáculos que não existem em áreas urbanas. O isolamento geográfico coloca a população rural em desvantagem no que diz respeito ao acesso a serviços públicos, aumentando o estado de vulnerabilidade das mulheres, que se deparam com uma agressão dentro de seu próprio domicílio e não dispõem de apoio para enfrentar as barreiras e os problemas decorrentes da falta de informação, assim como a ausência de serviços prestados por profissionais que compreendam a dinâmica social da área rural (Paz, 2026, p. 4).

Luciane Stochero e Liana Wernersbach Pinto, ao investigarem as violências que perpassam as vidas de mulheres as quais residem em contextos rurais através de uma revisão integrativa em bases como BVS, SciELO e Redalyc, constatarem que a opressão de gênero e violências presentes em suas vidas contribuem para que as mulheres rurais sejam sistematicamente silenciadas, o que se agrava com a ausência de pesquisas na área, acrescida pela não distinção entre rural e urbano nos registros e dados coletados (Stochero; Pinto, 2023).

Bueno e Lopes (2018) também advertem para o crescimento alarmante das taxas de violência contra as mulheres, ao mesmo tempo que criticam a invisibilidade dessa problemática nos contextos rurais, cujas intervenções do poder são incipientes, assim como os estudos acadêmicos focados na violência contra mulheres rurais são incipientes.

Como reforça Mazé Moraes, secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e coordenadora da Marcha das Margaridas 2019, em entrevista concedida a Marcos Aurélio Ruy (2019, s/p), “as mulheres do campo, da floresta e das águas, além de expostas à violência física, enfrentam uma série de violências simbólicas e materiais, como a invisibilidade e desconsideração de suas contribuições econômicas”.

O Estado torna-se corresponsável pela violência contra as mulheres nos contextos rurais quando não investe em serviços de proteção e atendimento às mulheres, o que favorece a impunidade dos autores de violência e, por conseguinte, a intensificação dessa violência até sua máxima expressão, o feminicídio. Abreu (2023, p. 40) pondera que:

Para que haja o feminicídio, [...] deve ocorrer a impunidade, a omissão, a negligência e a conivência das autoridades estatais, que não criam segurança para a vida das mulheres, razão pela qual o feminicídio é um crime de Estado. De acordo com Lagarde (2006), pelo menos para o México, a violência feminicida é acompanhada pela violência institucional, que leva à impunidade, a qual faz parte do próprio fenômeno.

Com efeito, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ao compilar registros policiais sobre criminalidade, em 2022, traz dados preocupantes, em que 1,9% dos feminicídios e 3,3% das demais mortes violentas de

mulheres no Brasil sucederam na área rural, principalmente quando comparados aos dados do Relatório Conflitos no Campo Brasil 2023 (2024), no qual a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, denuncia as múltiplas formas de violência e assassinatos de mulheres na zona rural, que se agravam ano após ano, principalmente se são ativistas e sindicalistas. Além disso, com o desmonte de políticas públicas operado pelos últimos governos, as inúmeras dificuldades encontradas pelas mulheres para denunciar o agressor se tornaram ainda maiores, conforme pondera Vânia Marques Pinto, secretária de Políticas Sociais da CTB: “Sem mecanismos de punição e atendimento para as agredidas, torna-se muito mais difícil convencer as vítimas a denunciarem e, com a impunidade, a violência tende a crescer” (Ruy, 2019).

Cabe ressaltar que o Atlas da Violência 2024 (Ipea) não traz dados sobre o mundo rural, enquanto o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 (FBSP) considera esse indicador apenas para situar a localização da ocorrência dos crimes de estupro e estupro de vulnerável, sem qualquer menção ao feminicídio, o que se reflete na pouca importância atribuída ao governo Lula da Silva às políticas para as mulheres, pois, ao mesmo tempo que o Ministério das Mulheres lança a Campanha Feminicídio Zero, é a Pasta mais atingida pelo contingenciamento anunciado pelo governo, cujo corte atinge 17,5% do montante previsto para este ano, o que impele a ministra Cida Gonçalves ao seguinte desabafo:

O Ministério das Mulheres precisa ter mais recursos para ele poder operar as suas políticas, [...] até para fazer a transversalidade e as políticas na ponta, que são para as mulheres, nós também precisamos de mais recursos, tanto de dentro do governo quanto das emendas. A intersectorialidade é importante, mas, se você não tem recursos, você não negocia... (Brasil de Fato, 2024, s/p).

Se tanto o Governo Federal quanto o Legislativo mostram pouco compromisso com o enfrentamento da violência contra as mulheres e com o fim do feminicídio, o que pensar sobre estados como Sergipe, cuja Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres sequer tem orçamento?

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que toma como aportes teóricos artigos científicos, relatórios e dados censitários sobre a violência contra as mulheres na zona rural que, por sua vez, nos oferecem subsídios para compreender a forma como notícias e reportagens publicadas em jornais eletrônicos, *blogs* pessoais ou portais abordam tentativas ou feminicídios consumados cujas vítimas são mulheres residentes em municípios, povoados

e comunidades tradicionais no interior sergipano, de modo a atrair novos leitores/as. Para conferir densidade à pesquisa, realizamos um levantamento nos feminicídios consumados e tentados contra mulheres rurais sergipanas na *Internet*, no período de 2018¹⁴ a 2024, especificamente, em páginas que reproduzem reportagens publicadas em jornais de grande circulação ou locais; elaboramos um quadro ilustrativo das informações coletadas, bem como procuramos rastrear a existência de equipamentos sociais considerados como porta de entrada das políticas de segurança pública, assistência social e saúde.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tomando como parâmetro os indicadores utilizados pelo Lesfem para o monitoramento de feminicídios, pudemos identificar a existência de feminicídios, íntimos, não íntimos e por conexão. As vítimas têm entre 23 a 51 anos, sendo que os autores do crime são, na maioria, companheiros e ex-companheiros. O local mais recorrente é a residência, seja da vítima ou do autor do crime, com predominância do uso de arma branca (golpes de faca), tendo como principal motivação a não aceitação do fim do relacionamento, o que caracteriza a objetificação e condição de não sujeitas atribuída às mulheres, tidas como propriedade dos homens, a quem cabe a prerrogativa de terminar o relacionamento e poder decisório sobre a vida e morte das mulheres. O feminicídio se espalha por todo o Estado, estando presente em 6 dos 8 territórios, mais precisamente, em 19 povoados de 17 dos 75 municípios sergipanos, conforme ilustra o quadro abaixo:

¹⁴ Para localizar as informações, usamos como descritores “feminicídio na área rural sergipana” e “feminicídio em povoados sergipanos”. Cabe informar que não encontramos reportagens antes de 2018, motivo pelo qual a pesquisa foi delimitada a partir deste ano até 2024.

Quadro 1 – Feminicídios na área rural de Sergipe – 2018 a 2024 – noticiados na imprensa

Ano	Território	Município	Localidade	Idade da vítima	Autor	Arma	Local do crime	Pessoas presentes	Motivação
2018	Centro Sul	Simão Dias	Salobra	23	Ex-marido	Arma branca (golpes de faca)	Casa do ex-marido – buscar pertences	Filhos de 4 e 6 anos	Não aceitava o fim do relacionamento
2019	Grande Aracaju	Itaporanga D’Ajuda	Nova Descoberta	-	Ex-marido	Arma branca (golpes de faca)	Casa do ex-marido – buscar pertences	-	Não aceitava o fim do relacionamento
		Nossa Senhora do Socorro	Calumbi	40	-	Arma branca (golpes de faca)	-	-	-
	Baixo São Francisco	Japoatã	Carro Quebrado	51	Companheiro	Arma branca (golpes de faca)	Residência	-	-
		Brejo Grande	Mulata	42	Companheiro	-	Residência	-	-
	Sul Sergipano	Cristinápolis	Bom Sucesso	35	Ex-companheiro	Esgana dura	Residência	-	Não aceitava o fim do relacionamento
		Santa Luzia do Itanhy	Pedra Furada	37	-	Arma branca (golpes de facão)	-	-	-
	Centro Sul	Simão Dias	Salobra	48	Genro	-	Residência da sogra	Filha de 7 anos do casal	Não aceitava o fim do relacionamento com a filha da vítima
	Agreste Central	Frei Paulo	Cambranganza	39		Arma branca (golpes de faca e marret)	Residência	-	Criminosos armados

Ano	Território	Município	Localidade	Idade da vítima	Autor	Arma	Local do crime	Pessoas presentes	Motivação
						a)			
		Malhador	Buqueval	23	2 homens desconhecidos	Arma de fogo	Residência	-	-
2020	Baixo São Francisco	Propriá	São Vicente	-	Companheiro	Asfixia	Residência	-	-
	Agreste Central	Itabaiana	Rio das Pedras	43	Companheiro	Arma branca (golpes de faca) e agressão física	Residência	-	-
		Ribeirópolis	Serra do Machado	-	Companheiro	Arma branca (golpes de tesoura) – tentativa de feminicídio	-	-	Ciúmes
2022	Centro Sul	Lagarto	Gemeleiro	-	Cunhado	Arma branca (golpes de faca)	Residência	-	Não aceitava o fim do relacionamento com a irmã da vítima
2023	Agreste Central	Malhador	Saco Torto	-	Companheiro	Arma de fogo - tentativa de feminicídio			
		São Domingos	Tapera	31	Companheiro	-	Residência	Filho	-
	Alto Sertão	Poço Redondo	Sítios Novos	45	Companheiro	Arma de fogo	-	-	-
	Centro Sul	Lagarto	Santo Antônio	28	-	Arma branca (golpes de faca)	Residência	-	-

Ano	Território	Município	Localidade	Idade da vítima	Autor	Arma	Local do crime	Pessoas presentes	Motivação
2024	Centro Sul	Riachão do Dantas	Galo	32	Ex-companheiro	Arma branca (golpes de faca)	-	-	-

Fonte: www.gilsondeoliveira.com.br; www.f5news.com.br; www.infonet.com.br; www.policiacivil.se.gov.br; www.lagartotonicias.com.br; www.itent.com.br; www.i9sergipe.com.br. Acesso em: 18 nov.2024.

Estudos desenvolvidos por diferentes autores sobre a violência contra as mulheres rurais, a exemplo de Paz (2026), Bueno e Lopes (2018), Gois (2021), Stochero e Pinto (2023), Conaq e Terra de Direitos (2023), Mariano (2024a; 2024b), Tavares e Góis (2024), apontam que há pouco investimento do Estado na área rural, contribuindo para a escassez de equipamentos sociais, bem como subnotificação e invisibilidade da violência contra as mulheres. O Estado de Sergipe não é uma exceção, se considerarmos que há apenas 11 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams) e apenas a localizada na capital funciona durante 24 horas e todos os dias da semana.

Quadro 2 – Delegacias de Atendimento à Mulher em Sergipe (Deam)

N.	TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
1	Agreste Central	Itabaiana	8h às 18h
2	Alto Sertão	Nossa Senhora da Glória	8h às 18h
3	Baixo São Francisco	Propriá	8h às 18h
4	Centro Sul	Tobias Barreto	8h às 18h
5		Lagarto	8h às 18h
6	Grande Aracaju	Aracaju	24 h
7		Nossa Senhora do Socorro	8h às 18h
8		São Cristovão	8h às 18h
9		Barras dos Coqueiros	8h às 18h
10	Sul Sergipano	Cristinápolis	8h às 18h
11		Estância	8h às 18h

Fonte: <https://manguejornalismo.org>. Acesso em: 18 nov.2024.

O Estado possui sete Centros de Referência de Assistência Social (Cras) situados em quatro territórios e seis municípios, dos quais dois são quilombolas e um é indígena, o que revela o inaccessível à política de assistência social pelas mulheres rurais. Inclusive, cabe destacar que não foram encontradas informações na página da própria Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (Seasic) e, sim, no Portal da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Quadro 3 – Cras Rural em Sergipe

N.	TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	LOCALIDADE
1	Alto Sertão	Poço Redondo	Santa Rosa do Ermírio – CRAS II Quilombola
2		Porto da Folha	Ilha de São Pedro – CRAS II Indígena
3	Centro Sul	Lagarto	Colônia Treze – CRAS III Nelson Batista Dos Santos
4			Brasília – CRAS IV
5	Grande Aracaju	Laranjeiras	Comunidade Quilombolas Mussuca – CRAS III- Mussuca
6	Leste Sergipano	Japarutuba	São José – CRAS II São José
7		Rosário do Catete	Siririzinho – CRAS II

Fonte: Portal da Mulher – TJS. <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/cras>. Acesso em: 18 nov.2024.

Foram identificadas 134 Unidades Básicas de Saúde (UBS) na área rural dos oito territórios, distribuídas em 47 municípios, quando utilizado como descritor a palavra povoado, que consta no próprio nome da Unidade. Todavia, quando consultado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CnesWeb), consta a existência de 407 UBS.

Quadro 4 – UBS na área rural de Sergipe com identificação da localidade no nome

N.	TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
1	Agreste Central	8	20
2	Alto Sertão	5	18
3	Baixo São Francisco	7	15
4	Centro Sul	5	22
5	Grande Aracaju	5	11
6	Leste Sergipano	5	13
7	Médio Sertão	3	5

N.	TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
8	Sul Sergipano	9	30
TOTAL		47/62,%*	134/32,9%

Fonte: CnesWeb - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Acesso em: 18 nov.2024.

Os dados apresentados acima demonstram a incipiência das políticas públicas implementadas pelo Estado para enfrentamento à violência contra as mulheres rurais, se atentarmos para o pequeno número de Delegacias de Atendimento à Mulher nos interiores, inexistência delas em povoados e em dois territórios de Sergipe, número insuficiente de Centros de Referência de Assistência Social e de equipamentos de saúde que assegurem atendimento digno e proteção às mulheres em situação de violência. Ao que tudo indica, a prioridade da agenda governamental permanece nos centros urbanos.

Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre o conteúdo e as imagens das reportagens coletadas, identificamos o uso das imagens com forte apelo simbólico, a fim de capturar a atenção do leitor, desde a imagem retocada da vítima que, vivaz e sorridente, contrasta com uma imagem desfocada do corpo estendido no chão, coberto por um lençol e rodeado por curiosos em busca de informações sobre o ocorrido, que são fornecidas pela reportagem – idade da vítima, localidade, suposto motivo, se houve testemunhas e qual a arma utilizada no crime. Conforme enfatiza Koury (2004, p. 131):

Artefato de objetificação do real, a fotografia submete a realidade ao olhar mecânico da máquina e, através dele, parece disciplinar o conjunto de fatos capaz de organizar um discurso sobre o mundo e os homens, ou dos homens e seus mundos e suas relações com a natureza e o sobrenatural. A fotografia aparece, assim, como uma forma singular de apreensão do real, e seu uso tem um significado variado segundo as formas de assimilação ou os discursos produzidos a partir dos elementos conotados que a constituem.

Para Koury (2004), a fotografia na imprensa popular é utilizada com um fim específico. Ela contém um enquadramento que estabelece o que deve e como deve ser mostrado, bem como o que deve ser ocultado, por que é censurado. Isso porque ela explora os símbolos armazenados no imaginário social para externar um tipo de ardil visual que visa provocar a apreensão pelo leitor da mensagem pretendida. Desse modo, explica o autor, o sofrimento é neutralizado e retirado da cena, através de um artifício, isto é, a generalização que engendra a morte pública e sua inexorabilidade, ao mesmo tempo que produz um distanciamento entre quem lê a reportagem e a imagem que captura o nosso olhar – tornada uma experiência abstrata do/a outro/a e mercadoria de largo consumo.

Com efeito, a reportagem centra nas imagens que contrastam vida e morte. As informações são mínimas, apenas para saciar a curiosidade dos leitores e destacar a crueldade do crime, as perdas, seja da vida, para quem se foi, seja para os filhos e parentes que ficam, pouco importa. A mulher permanece objetificada. Mesmo depois de morta, o corpo estendido no chão, espetáculo que tira transeuntes, vizinhos do marasmo por alguns momentos, alimenta mexericos, até a próxima reportagem que reproduz o mesmo roteiro, de forma estigmatizada, acrítica e superficial, sem qualquer tentativa de fomentar uma reflexão entre leitores e leitoras sobre a violência contra as mulheres no campo e o crescente número de feminicídios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como ocorreu com o ditado segundo o qual “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, é preciso politizarmos o feminicídio, que ainda é negligenciado pelo Estado, principalmente no contexto rural e, por conseguinte, condenado ao silenciamento e à invisibilidade, rompido pela notícia divulgada pela imprensa de forma sensacionalista nos meios eletrônicos, cujas imagens do corpo estendido no chão e curiosidade voraz do/a leitor/a logo mais são esquecidas diante da reportagem seguinte e exposição da mais recente “morte de uma mulher por razões de gênero”.

Concordamos com a afirmação de Paz (2016) de que a violência perpetrada contra as mulheres rurais é produzida e reproduzida pela dominação e as hierarquias de gênero, pela naturalização da inferiorização e submissão da mulher e, por conseguinte, silenciamento em torno do seu sofrimento, potencializado pelo isolamento geográfico e social que impossibilita o acesso aos equipamentos sociais. Ademais, a cultura patriarcal, fortemente arraigada no campo, constitui-se em barreira que fragiliza os vínculos familiares e impede a formação de uma rede de apoio.

Além disso, é preciso que haja quantas mortes de mulheres para conseguirmos compreender que o feminicídio não se restringe à morte de mulheres em função da sua condição de gênero, cometida por companheiros, ex-namorados ou maridos, isto é, pessoas com quem mantinham relacionamentos afetivos? Esses são os feminicídios íntimos, mas continuamos a ignorar outros tantos, não notificados, também perpetrados por homens devido

a serem mulheres que militam, resistem e insistem na luta contra todas as formas de violência que as afetam e contribuem para subtrair-lhes a dignidade e bem viver.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Claudia da Silva. Descolonizando corpos: feminicídio reprodutivo e a coculpabilidade do Estado. *Argum.*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 38-52, jan./abr. 2023. ISSN 2176-9575. DOI: <http://10.47456/argumentum.v15i1.39005>.

AGÊNCIA SENADO. *Lei que pune feminicídio com até 40 anos de reclusão entra em vigor*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/10/lei-que-pune-feminicidio-com-ate-40-anos-de-reclusao-entraemvigor#:~:text=Legisla%C3%A7%C3%A3o%20alterada&text=J%C3%A1%20a%20nova%20lei%20torna,a%2040%20anos%20de%20reclus%C3%A3o>. Acesso em: 16 out. 2024.

BUENO, André Luis Machado; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres Rurais e Violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. *Ambiente & Sociedade*, v. 21, p. e01511, 2018.

CONAQ; Terra de Direitos. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil* [livro eletrônico]: 2018-2022. 2ª ed. Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2023. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/racismoeeviolencia/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CPT NACIONAL *Conflitos no campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024.

EM CAMPANHA *contra feminicídios, Ministério das Mulheres se equilibra entre metas e escassez de verbas*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/06/em-campanha-contr-os-feminicidios-ministerio-das-mulheres-se-equilibra-entre-metas-e-escassez-de-verbas>. Acesso em: 18 nov. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

GOIS, Magaly Nunes. de. Violências contra as mulheres do campo, da floresta e das águas: bandeira de luta da Marcha das Margaridas. In: *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12* (Anais Eletrônicos). Florianópolis, SC: UFSC. 2021. p. 1-13. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1612710873_ARQUIVO_856197772ca9d2fd44f3dc747cde0789.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

IDOSO MATA COMPANHEIRA no povoado São Vicente em Propriá. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/idoso-mata-companheira-no-povoado-sao-vicente-em-propria/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

JOVEM DE 23 ANOS é vítima de feminicídio na zona rural de Simão Dias. Disponível em: <https://www.gilsondeoliveira.com.br/noticia/12751/jovem-de-23-anos-a%C2%A9-va%C2%ADtima-de-feminica%C2%ADdio-na-zona-rural-de-sima%C2%A3o-dias>. Acesso em: 18 nov. 2024.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Fotografia e Interdito. *RBCS* Vol. 19 nº. 54 fevereiro/2004, p. 129-142.

LAGARDE, Marcela. *Del femicidio al feminicidio. Desde el jardín de Freud.*, nº 6, Bogotá, 2006, p. 216-225. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28259597_Del_femicidio_al_feminicidio. Acesso em: 20 nov. 2024.

LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al feminicidio. *ATLÁNTICAS - Revista Internacional de Estudios Feministas*, 2024, 9, 1, 01-26. Disponível em: https://revistas.udc.es/index.php/ATL/article/view/arief.2024.9.1.9995/g9995_pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

LESFEM. *Monitor de Feminicídios no Brasil: 2024 – consumados e tentados até 31 ago.2024*. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/>. Acesso em: 20 nov.2024.

MARIANO, Silvana. (Coord.) *Informe [livro eletrônico]: feminicídios no Brasil 2023: monitor de feminicídio no Brasil*. Londrina, PR: Ed. dos Autores, 2024a. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MARIANO, Silvana. (Coord.) *Informe feminicídios no Brasil, janeiro - junho de 2024*. Londrina, PR: Laboratório de Estudos de Feminicídios, julho 2024b. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MENEGHEL, Stella; PORTELLA, Ana. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência e Saúde Coletiva*, n. 22, v. 9, set 2017, p. 3077–3086. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>.

MULHER É VÍTIMA de feminicídio na zona rural do município de Itabaiana. Disponível em: <https://www.gilsondeoliveira.com.br/noticia/14628/mulher-e-vitima-de-feminicidio-na-zona-rural-do-municipio-de-itabaiana>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MULHER SOFRE TENTATIVA de feminicídio na zona rural de Malhador. Suspeito fugiu. Disponível em: <https://www.itnet.com.br/noticia/mulher-sofre-tentativa-de-feminicidio-na-zona-rural-de-malhador-suspeito-fugiu>. Acesso em; 18 nov. 2024.

MULHER É ASSASSINADA a tiros no Alto sertão sergipano e companheiro é o principal suspeito pelo crime. Disponível em: <https://www.gilsondeoliveira.com.br/noticia/17996/mulher-e-assassinada-a-tiros-no-alto-sertao-sergipano-e-companheiro-e-o-principal-suspeito-pelo-crime>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MULHER É MORTA a facadas em frente ao filho na zona rural de São Domingos. Disponível em: <https://www.i9sergipe.com.br/26681/mulher-e-morta-a-facadas-em-frente-ao-filho-na-zona-rural-de-sao-domingos/>. Acesso em; 18 nov. 2024.

MULHER É ASSASSINADA a facadas em povoado de Riachão do Dantas. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/mulher-e-assassinada-a-facadas-em-povoado-de-riachao-do-dantas/> Acesso em: 18 nov. 2024.

MULHERES QUILOMBOLAS lutam contra violência de gênero. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mulheres-quilombolas-lutam-contra-violencia-de-genero-nos-territorios>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ONU News. *ONU: 25% das mulheres a partir de 15 anos são vítimas da violência de gênero*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743912>. Acesso em: 27 set. 2024.

PAZ, Potiguara de Oliveira. Feminicídios rurais: uma análise de gênero. *Revista Baiana de Enfermagem*. v. 30. n. 2. p. 1-11. Salvador, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/15380>. Acesso em: 18 nov. 2024.

POLÍCIA PRENDE HOMEM que matou a cunhada com golpe de faca em Lagarto. Disponível em: <https://www.lagartotonicias.com.br/2022/06/21/policia-prende-homem-que-matou-a-cunhada-com-golpe-de-faca-em-lagarto/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PORTAL DA MULHER. Coordenadoria da Mulher. TJSE. *Endereços dos CRAS*. Disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/cras>. Acesso em: 17 nov. 2024.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS de femicídio neste ano em Sergipe? Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/quem-sao-as-vitimas-de-feminicidio-neste-ano-em-sergipe.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.79-102.

RUY, Marcos Aurélio. *Por que a violência no campo é mais cruel com as mulheres?*. CTB, nov. 2019. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2019/11/28/por-que-a-violencia-no-campo-e-mais-cruel-com-as-mulheres/>. Acesso em: 28 set. 2024.

SANTOS, Kátia Alexsandra dos. “A descolonização da pesquisa sobre feminicídio: um ensaio metodológico”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 2, e 93039, 2023.

SERGIPE É O ESTADO com maior crescimento de pedidos de medidas protetivas de urgência para mulheres. O número quase dobrou. Disponível em: <https://manguejornalismo.org/sergipe-e-o-estado-nordestino-com-maior-crescimento-de-pedidos-de-medidas-protetivas-de-urgencia-para-mulheres-em-um-ano-o-numero-quase-dobrou>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. *Serviço Especializado: Estratégia de saúde da família*. Disponível em: https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades. Acesso em: 17 nov. 2024.

SUSPEITO DE FEMINICÍDIO em Lagarto é preso em Aracaju. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/suspeito-de-feminicidio-em-lagarto-e-preso-em-aracaju.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

STOCHERO, Luciane; PINTO, Liana Wernersbach. Violência contra mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*. v. 32, n. 3, p. 1-18. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 14 out. 2024.

TAVARES, Márcia Santana; ALVES, Amanda. A violência de gênero no (Des)governo

BOLSONARO: licença para matar! *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 43, nº 94, 2023, p. 41-61. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-04>.

TAVARES, Márcia Santana; GOIS, Magaly Nunes de. Violência de gênero: uma realidade na vida das mulheres do campo, da floresta e das águas. TORRES Iraildes Caldas; FERREIRA, Maria Mary. (orgs.). *Anais do 22º Congresso Nacional da REDOR: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero*. Manaus/AM: EDUA. Embu das Artes/SP: Alexa Cultural, 2024. p. 558-572. Disponível em: <https://redor.gepos.com.br/images/document/11850058/ANAISDO22REDOR.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.